

Uma narrativa sobre o Massacre de Lisboa

A emergência do discurso de ódio nos panfletos da testemunha anônima alemã

Rita Ribeiro Voss
 Universidade de Coimbra – FL / Universidade Federal de Pernambuco - CE
 ritaribeirovoss@gmail.com

Resumo

O objetivo desse artigo é trazer a público uma tradução inédita do alemão para o português dos panfletos da testemunha alemã do Massacre de Lisboa de 1506. A tradução permite investigar com maior clareza a configuração do discurso de ódio a partir de temas que emergem de sua narrativa. Com esse intento, descreve-se as diferentes edições existentes, uma vez que o desconhecimento de sua existência levou alguns cronistas a discordar sobre algumas interpretações dos acontecimentos. Em seguida, consideramos a construção discursiva do judeu como inimigo dos cristãos e o contexto da crise urbana lisboeta dos eventos violentos. A correlação de forças políticas entre, de um lado, o rei, a corte e alto clero e, de outro lado, o povo e o baixo clero, definiu as fronteiras identitárias que foram sedimentadas pelo discurso de ódio que se verifica nos panfletos.

Palavras-chave: Massacre de Lisboa, Tradução, Discurso de ódio, Fronteiras Identitárias.

Abstract

The purpose of this article is to bring a public communication of unpublished German translation into Portuguese of the German witness pamphlets of the Massacre of Lisbon of 1506. The translation allows to investigate with more clarity the configuration of hate speech that emerge from the themes of its narrative. With this intent, it is described the editions, since the ignorance of their existence led some chroniclers to disagree on some interpretations of the events. Firstly, we consider the discursive construction of the Jew as an enemy of Christians and the context of the Lisbon urban crisis of the violent events. The correlation of political forces between, on the one hand, the king, the court and the high clergy, and on the other, the people and the lower clergy, defined the identity boundaries that were joint by the hate speech in the pamphlets.

Keywords: Lisbon Massacre, Translation, Hate Speech, Identity Boundaries.

Preâmbulo

O Massacre de Lisboa foi uma chacina levada a efeito por populares e liderada por frades dominicanos, em abril de 1506, contra milhares de judeus convertidos à força, no final da década anterior. A perseguição e morte de judeus começaram no convento de São Domingos. Lá, os católicos esperavam a repetição de um milagre ocorrido em frente ao crucifixo que ficava no altar da Capela de Jesus: do peito de Jesus na cruz afirmaram terem visto sair algumas luzes. Segundo os populares, o milagre tinha sido uma resposta às suas orações, pedindo proteção à cidade e a seus habitantes e que os livrassem da morte pela peste agravada naquele ano, e também, os resguardassem da fome, pois enfrentavam um período de falta e carestia de alimentos.

Mas havia dentro da igreja um judeu convertido que assistiu àquilo intrigado, pensando que aquele fenômeno poderia ser o reflexo de uma vela e perguntou temerariamente aos crentes desesperados como seria possível um pedaço de madeira seca fazer milagre e sugeriu que jogassem água que o fogo se apagaria. A dúvida foi tomada pelos fieis presentes no recinto como um menosprezo à fé cristã e ao Jesus crucificado. Depois dessa intervenção, o homem foi arrastado por algumas mulheres para fora da igreja onde foi linchado. Logo em seguida, outro homem, que havia questionado o motivo daquele assassinato também foi morto e, a partir desses assassinatos, grupos de populares foram organizados para matar os chamados cristãos-novos, caçando-os por toda a cidade insuflados pelos sermões inflamados dos frades dominicanos sobre a vilania dos judeus. O Massacre de Lisboa durou alguns dias em um cenário que os cronistas, sem exceção, descreveram como uma espécie de orgia sanguinária.

Ainda que se veja num primeiro plano, um motivo religioso para o que aconteceu em Lisboa, o massacre vai revelando seu sentido mais profundo conforme se vai da superfície do fanatismo popular aos aspetos sociais, políticos, econômicos de Lisboa, cidade portuária importante na Europa daqueles dias, cuja dinâmica urbana se dava pelo fluxo comercial marítimo entre as nações. Com as mercadorias circulavam ideias, conhecimento, arte, culturas e, também, notícias de ações antijudaicas, comuns em toda a Europa, e que em Portugal eram praticamente desconhecidas até o final do século anterior.

O Massacre de Lisboa ocorreu, pois, num contexto de intercâmbio de coisas, ideias, concepções e sentimentos numa Europa que vai rompendo antigos laços para fundar as nações modernas com base numa construção identitária. E é neste contexto, também,

que figura uma testemunha anônima dos fatos ocorridos naqueles dias de abril; um alemão, que não foi apenas um mero observador dos acontecimentos, ele tomou partido dos cristãos e, junto com seus conterrâneos, também se envolveu em pelo menos uma ação contra os judeus. Seu relato na forma de panfleto, o mais detalhado de outros contemporâneos, mostra o nascimento da narrativa moderna, descritiva, com ensaios de objetividade.

Entre os cronistas que relatam o massacre dois são mais citados por sua proximidade física ou temporal aos fatos em Lisboa, Salomon Ibn Verga que retrata o ocorrido em seu livro *Schevet Jehuda*, e a referida testemunha alemã, cujos panfletos são aqui traduzidos para o português, são objeto desse artigo. Há entre eles concordância com relação ao desenrolar dos fatos, mas discordam no que diz respeito à duração do massacre e ao número de pessoas mortas nos ataques cristãos. Para IBN VERGA (1856), todas as atrocidades cometidas naqueles dias contra os judeus, não teria durado mais do que cinco dias, contando com a prisão dos dezassete judeus por estarem comemorando a páscoa judaica, e teria terminado com a prisão de João Mascarenhas coletor de impostos odiado pela população. Para a testemunha alemã, presente na cidade, que cujo relato é mais atento aos acontecimentos e suas consequências para a população, o massacre durou doze dias pois se estendeu para os arredores de Lisboa. Para, Ibn Verga teriam morrido três mil pessoas enquanto o alemão chega a afirmar que não teriam passado de mil e duzentas pessoas, disparidade compreensível, uma vez que não havia como saber com exatidão quantas pessoas haviam perecido. Representantes dos judeus que levaram ao papa o relato do que havia acontecido em Lisboa acusaram a morte de quatro mil judeus. As diferenças sobre a duração do evento, no entanto, têm implicações importantes quando se procura compreender as forças sociais e políticas subterrâneas que atuaram para o desfecho trágico, como notou YERUSHALMI (1976).

Embora não se saiba o nome do autor da obra panfletária em exame, sabe-se que ele permaneceu tempo suficiente em Lisboa para tomar conhecimento das consequências dos atos violentos de abril, relatando num segundo panfleto as penalidades que o rei atribuiu à população, à cidade, aos frades e aos estrangeiros em maio do mesmo ano. É, também provável que o autor estivesse numa embarcação alemã ancorada na cidade pois no panfleto em que relata as penalidades, ele teme que algum castigo recaia sobre si e seus companheiros alemães que colaboraram na queima do corpo do mediador de impostos com a compra da madeira para a fogueira.

A escrita do autor também nos traz alguma ideia sobre a sua identidade. Ele não

devia ser de origem humilde, ao contrário, deveria pertencer a uma camada mais abastada da população alemã, uma vez que apenas os que estavam no topo da sociedade da época tinha acesso à educação. O salto em termos de popularização da educação na Alemanha só começaria a acontecer depois da reforma de Martin Lutero, décadas mais tarde. Portanto, a testemunha incógnita provavelmente não era um marujo. E o estilo de objetivo, detalhado, parece precursor das reportagens dos jornais modernos. Portanto, uma possibilidade sobre a identidade é de que seria alguém a quem confiaram um trabalho de observar e, posteriormente, relatar a vida e os acontecimentos da cidade de Lisboa, tão comum aos jornalistas correspondentes estrangeiros da atualidade.

De qualquer forma, da tradução dos panfletos para o português emergem algumas questões que estão no substrato dos acontecimentos. Desvelam interações, tensões, confrontos e crises que culminam no massacre dos judeus em Lisboa. Mais ainda, revelam o papel central do discurso de ódio na sedimentação de uma narrativa que construiu o «judeu inimigo» para dar vazão ao descontentamento popular cujas raízes se encontram num impasse, confronto e tensão entre o antigo e o moderno: o chamado cristão-novo que por sua «perfídia», entre todas as heresias, se tornou o alvo privilegiado para o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício como expressão de uma resistência ao futuro e suas mudanças já observadas e franca expansão em outros países da Europa como a racionalização religiosa proposta pela reforma protestante.

Em vista do que foi enunciado, o artigo apresenta uma tradução inédita para o português de dois panfletos da testemunha alemã do massacre dos judeus de Lisboa e, também um ensaio de reflexão sobre a configuração do discurso de ódio a partir de temas que emergem de sua narrativa. Na primeira parte, apresentamos uma descrição das edições existentes. Por haver diferenças significativas entre elas, com inserções, e correções de informações, algumas interpretações realizadas por comentaristas dos panfletos e estudiosos do Massacre de Lisboa, como KAYSERLING (2009), que não sabiam das alterações e adições, puseram sob suspeita algumas análises, julgando-as antissemitas. Na segunda parte, tratamos dos antecedentes do massacre em seu nível discursivo na construção do judeu como inimigo. Na terceira parte, consideramos a emergência discursiva no contexto da crise urbana lisboeta depois relativos aos forais de Lisboa. Na quarta parte, tratamos da correlação de forças políticas entre, de um lado, o rei, a corte e alto clero e, de outro lado, o povo e o baixo clero. Ensaia-se, na quinta parte, em vista, uma reflexão sobre as fronteiras identitárias sedimentadas pelo discurso de ódio. No final, encontra-se a tradução dos referidos panfletos.

1 - As edições dos panfletos

Existem três informações bibliográficas sobre as edições e modificações dos panfletos: na obra clássica alemã sobre a existência de livros na Alemanha a partir do século XVI do bibliógrafo alemão Georg Wolfgang PANZER (1788); nas publicações sobre o Massacre de Lisboa de Yosef Hayim YERUSHALMI (1976, 1998) e na obra bibliográfica de Monika ESTERMANN et al. (2000)

Antes da descrição das edições dos autores enunciados anteriormente é importante salientar que o desconhecimento das diferentes edições gerou polêmica entre os comentaristas do massacre de Lisboa, como foi mencionado na apresentação do artigo. A discussão de KAYSERLING (op. cit.) sobre a publicação de Gotthold HEINE (1848) insinua que este último assumira uma perspectiva antijudaica porque constatou algumas omissões em sua obra. Porém, a própria crítica de Kayserling está assentada, na verdade, no desconhecimento da existência de outras edições do panfleto.

Para Kayserling, Heine omitiu todo um parágrafo do panfleto que iniciava com os fatos imediatamente anteriores ao massacre, a prisão de cristãos-novos, que comemoravam a páscoa à moda judaica no dia 17 de abril (op. cit. p.185). A libertação dos presos ocorreu dois dias depois, justamente no dia 19 de abril, quando o massacre começou. Kayserling indica ainda outra omissão, a parte do relato em que o alemão expressaria o seu ceticismo quanto ao milagre ocorrido na Igreja de São Domingos, motivo pelo qual o judeu convertido foi linchado, iniciando os ataques violentos à comunidade dos judeus convertidos de Lisboa. Em nota de rodapé, Kayserling afirma: «Heine omitiu todo esse parágrafo, talvez intencionalmente» (ib. p. 186).

YERUSHALMI (1976, p. 69), ao consultar os originais, desfez o engano. Ele revelou a existência de ao menos três diferentes edições do mesmo panfleto desconhecidas no tempo de Kayserling. O autor encontrou posteriormente outro panfleto (YERUSHALMI, 1998, p. 148) no Jewish Theological Seminary of America em Nova York, até então desconhecido dos historiadores. Na sequência dos acontecimentos de abril, no segundo panfleto o alemão relata as penalidades que o rei atribuiu aos atores envolvidos no massacre. Com o texto original traduzido para o francês, Yerushalmi revelou a existência de outra edição desse panfleto, encontrada por Jean Letrouit na British Library. Este segundo panfleto mostra com mais clareza a perspectiva antijudaica do alemão que recrimina as sentenças e penalidades do rei impostas aos cristãos. Portanto, a partir desse trabalho de Yerushalmi ficaram conhecidas a existência de dois panfletos que compõem

uma obra sobre o mesmo acontecimento em momentos diferentes, e que tinham edições diferentes, com adições e exclusões de informações sobre os fatos.

Para efeito de organização textual do presente artigo, usam-se as seguintes denominações: o conjunto dos panfletos é chamado obra panfletária. O *panfleto 1*, refere-se à narrativa dos acontecimentos violentos em Lisboa e arredores, em abril de 1506; e, o *panfleto 2* diz respeito às penalidades impostas pelo rei aos atores envolvidos no massacre em maio do mesmo ano.

As edições dos panfletos segundo Panzer

Embora HEINE (op. cit.) seja o primeiro historiador a utilizar o relato do anônimo alemão em seus estudos sobre o Massacre de Lisboa, como observa YERUSHALMI (op. cit. 1976), a obra panfletária foi mencionada pela primeira vez pelo bibliógrafo alemão PANZER (op. cit.). O autor resume os acontecimentos relatados no *panfleto 1*¹ como uma «crueldade que se cometeu contra os judeus quando a turba matou mais ou menos dois mil judeus». E o *panfleto 2*² como um relato sobre os desdobramentos dos acontecimentos relatados no primeiro panfleto, isto é, sobre a «penalidade que o Rei impôs aos cristãos, o castigo aos matadores» que o relator alemão declarara estar contrariado com uma atitude anticristã e, criticando-o, Panzer recrimina: «Que errado» (p.273).

Panzer não informa quem publicou os panfletos, nem onde os encontrou. No entanto, como o autor trabalhou na Biblioteca Municipal de Nüremberg pode-se supor que essa ausência indique que os panfletos foram lá encontrados pelo autor, o que se confirma na bibliografia de Estermann mais adiante.

As edições dos panfletos segundo Yerushalmi

YERUSHALMI (op. cit., 1976) descobriu, como referido anteriormente, a existência de três edições do *panfleto 1*, que ele denomina edição A, B e C; e do *panfleto 2*, que ele

¹ Com o título: Von dem christlichen treyt geschehē jm M.CCCCC.vj. Jar zu Lissbona ein haubt stat in Portugal zwischen den christen vnd neuen christen oder juden, von des gecreutzigten got. (1506). In Quart.

² Com o título: Von der unkristenlichen handelung die der Kunig von Portigal wider das das unschuldig plut der kristen auff die vor ergangen geschicht der schalckhaffigen newē kristen oder judē zu Lissbona geübt hat (1506). In Quart.

chama D. A edição A³ encontra-se no British Museum, em Londres e no Bayerische Staatsbibliothek em Munique, a edição B⁴ na Houghton Library em Havard e, também, como a edição A, na Bayerische Staatsbibliothek e a edição C⁵ na Houghton Library e Bayerische Staatsbibliothek

YERUSHALMI (op. cit., 1976) considerou a sequência das edições segundo alguns critérios: a variação dos títulos, de conteúdo e das ilustrações. Os conteúdos da edição A e da edição B do *panfleto 1* são idênticos; a diferença está nas ilustrações das páginas dos títulos. Enquanto na edição A mostra um cavaleiro ajoelhado diante do Jesus crucificado, a edição B tem uma gravura claramente alusiva ao massacre. O critério para atribuir as sequências A e B das edições levou em conta o tempo necessário para fazer a xilogravura da edição B sobre o tema específico do massacre. Mas o autor mesmo admite que essa justificativa para a sequência é frágil.

Quanto à variação no conteúdo, YERUSHALMI (id.) chama atenção para a adição de duas passagens na edição C, que para ele foi editada depois das demais. Na edição A e na edição B, o alemão anônimo afirma que morreram 1930 pessoas, assim terminando o relato, enquanto que na edição C ele acrescenta mais uma informação, de que em sua opinião o número de mortos seria menos, em torno de 1200 pessoas, ressaltando a dificuldade de se atribuir uma estimativa correta. A xilogravura da capa da segunda adição diz respeito à passagem em que o rei envia a Lisboa três pessoas poderosas para punir os frades que rodavam a cidade com uma cruz.

Quanto aos títulos, a diferença é significativa. Como a língua alemã só começaria a ser padronizada depois da tradução da bíblia por Martin Lutero, que influenciou o que

³ Com o título: Von dem christlichē/Streyt, kürztlich geschehen zu Lissbona, ein Hauptstatt/in Portugall, zwischen den Christen vnd Neüwen Chri/sten oder Juden, von wegen des Gecreützigten Gottes./ [Xilogravura]. Tem 10 páginas com letras góticas e a xilogravura na página do título tem adornos florais nas bordas que emolduram a cena de um cavaleiro ajoelhado diante de Jesus crucificado. Do lado esquerdo da gravura está o cavalo do cavaleiro.

⁴ Título: Von dem christlichen streyt geschehē/ jm. M.CCCCC.vj. Jar zu Lissbona/ ein hauptstat in Portugal zwischen den christen vnd neuwen christen oder juden, von wegen des gecreutzigten got./ [Xilogravura]. Tem nove páginas escritas em letras góticas. A xilogravura na página do título tem cenas alusivas ao massacre. Acima, do lado direito, há um crucifixo no Convento de São Domingos. Na parte debaixo, à esquerda, vêem-se homens armados na entrada de uma casa. Na parte debaixo à direita, há um frade empunhando uma cruz liderando algumas pessoas. No meio da gravura há duas mulheres conversando e na parte debaixo, dois corpos em chamas.

⁵ Título: Von dē christenlichen streyt geschehen/ jm. M.CCCCC.vj. Jar zu Lissbona/ ein hauptstat in Portugal zwischen den christen vñ neuwen christen/oder juden, von wegen des gecreutzigten got./ [Xilogravura]. Como a edição anterior, tem nove páginas em letras góticas, cuja xilogravura na página do título encena Deus em seu trono com sua mão direita apontando para Jesus crucificado envolto por uma nuvem. Abaixo, de um lado há anjos ajoelhados e, de outro, anjos que se encaram uns aos outros. A ilustração, segundo o autor, alude à passagem bíblica de Isaías sob uma interpretação cristã

se conhece Hochdeutsch, ou alemão clássico, as diferenças ortográficas nos panfletos indicam edições diferentes. No caso do *panfleto 2*, as diferenças ortográficas com relação ao *panfleto 1*, publicados por YERUSHALMI (1998), é tão significativa que claramente revela que esse critério associado aos demais conduzem a existência de outras edições.

O *panfleto 2* foi chamado pelo historiador de edição D⁶ e encontra-se no Jewish Theological Seminary of America em Nova York.

As edições dos panfletos segundo Estermann

Outras informações bibliográficas sobre os panfletos estão nos estudos de Estermann et al. que descreve duas edições do *panfleto 1*, que ela chama “do ato cristão” e duas edições do *panfleto 2*, que ela chama «ato não cristão», que são parte dos títulos dos dois panfletos. A primeira edição dos dois panfletos⁷, segundo Estermann, foi publicada em Nuremberg por Johann Weßburger em 1506. Segundo ainda a autora, a ilustração da capa do *panfleto 1* é uma cópia em formato grande feita por Michael Wolgemut e Stephan Fridolin para o livro *Schatzbehalter*, publicado em Nuremberg em 1491. A edição pode ser encontrada na Stadt Bibliothek Augsburg, na Universitat Bibliothek München e na Stadt Bibliothek München, em Munique. Estermann diz que esta é a mesma citada por YERUSHALMI (1976, p. 68-80) por ele denominada edição C.

Sobre a segunda edição⁸ a autora diz que “a declaração incrédula do autor sobre o pretenso milagre e uma comunicação no final do panfleto foram retiradas. Essa edição serviu como modelo para a reimpressão de Matthias Hupfuff em Strassburg. O título da xilogravura retrata o conteúdo do panfleto, o pogrom dos judeus em Lisboa 1506 de Wolf

⁶ Título: Von dem geschicht vnd handlung so/ der kunig vonn Portugal wider das unschuldig plut der christen auff die vor erganger geschicht der/ schalckhafftigen newen christen, oder Juden zu Lißwona ge-ubt haben/ Xilogravura. O texto foi escrito em letras góticas e a gravura foi feita especificamente para o panfleto. Na ilustração, o rei está acompanhado por dois conselheiros e tem um cetro na mão direita. Ele indica um monge sendo queimado enquanto dois homens alimentam o fogo. Há duas pessoas enforcadas ao fundo da gravura e outra está caída no chão, provavelmente, em alusão ao enforcamento dos franceses retratado no panfleto.

⁷ Título: Von dē christenlichen streyt geschehen/ jm. M.CCCCC.vj. Jar zu Lißbona/ ein hauptstat in Portugal zwischen den christen vñ neuwen christen/oder juden/ von wegen des gecreutzigten got. A ilustração da página do título não retrata o conteúdo, “o Deus está sentado no trono rodeado de anjos e aponta a direção do crucificado”.

⁸ Título: Von dem christēlichen streyt geschehē/ jm. M.CCCCC.vj. Jar zu Lißbona/ ein haupt stat in Portugal zwischen den christen vnd neuwen christen oder juden/ von wegen des gecreutzigten got./

Traut. A edição está na Universität Bibliothek Erlangen e Stadt Bibliothek München. A autora atribui essa edição à mencionada por Panzer e equivale à edição B de Yrushalmi.

A 1ª edição do *panfleto* 2⁹ está na London British Library como afirmou Jean Letrouit citado no livro de YERUSHALMI (1998). Houve uma 2ª edição desse panfleto¹⁰ também publicada em 1506 por Johann Weißenburger. Em 1507, Wolfgang Huber unificou ambos os panfletos em uma reimpressão, depois da 2ª edição que está na Herzog August Bibliothek Wolfenbüttel.

2 - Antecedentes

Os panfletos revelam uma motivação aparentemente religiosa dos fatos violentos que se seguiram ao dia 19 de abril. No entanto, está implícito no relato da testemunha alemã alguns antecedentes importantes que se referem ao sentimento antijudaico e às condições de Lisboa que acionaram a violência. Aparentemente, a revolta popular começou porque um judeu convertido tinha colocado em dúvida a «fé cristã» e o crucifixo». Esse sentimento se estendeu contra toda a comunidade judaica, o que aparece em vários momentos da narrativa: «você não deve falar contra um sinal milagroso» ou «não queremos nem furtar nem roubar, mas só ajudar a cruz e ajudar a matar os judeus e onde vocês agem contra a cruz». Mas, o que ocorreu dentro da igreja deve ser compreendido no contexto da soltura dos chamados cristãos-novos presos por delação, de que estavam comemorando a páscoa judaica, ainda que houvesse um decreto do rei D. Manuel do dia 30 de maio de 1497, concedendo imunidade por 20 anos à prática religiosa realizada privadamente. A referida imunidade começou a ter validade logo após o batismo forçado em 1497 uma saída para atender a imposição dos Reis Católicos da Espanha em troca do consentimento de seu casamento com a filha de expulsar a população judaica do território português. A conversão tornava os judeus formalmente cristãos pelo batismo forçado, mas a imunidade concedia um privilégio para que os judeus de fato para que não fugissem do reino. A categoria social chamada cristã-nova era, pois, uma máscara social, um artifício legal para uma situação de fato.

⁹ título: Von der vnkristenlichen handlūg so/ der Kunig von Portigal wider das/vnschuldig plut der kristen/auff die vor ergangen geschicht der/ schalckhafftigē newē kristen ader Judē zu Lißwona geübt hat foi publicada em 1506 por Johann Weißenburger. Com xilogravura é de Wolf Traut.

¹⁰ O título foi alterado para [Von der unchristlichen Handlung] Von dem geschicht vnd handlung so/ der Kunig vonn Portigal wider das/ vnschuldig plut der christen auff die vor ergangē geschicht der/ schalckhafftigen neuen christen/ ader Juden zu Lißwona geubt haben.

No entanto, não seria assim que a população cristã aceitaria as antigas comunas integradas à sociedade, uma vez que ser português na formação da identidade nacional portuguesa se fazia pela via religiosa, pelo catolicismo. Além disso, o rei queria integrar os judeus na sociedade portuguesa, mas que no Édito de Expulsão (1496) justificava a sua exclusão como integrante do que viria a ser a identidade portuguesa, «convencido que estava de que cometeram e continuam a cometer contra Ele (Deus) grandes males de blasfêmias nestes nossos reinos».

O discurso antijudaico que começara a tomar forma mais virulenta no final do século XV em Portugal nos frades (MORENO, 1990) que acusam os judeus de perfídia à fé católica, chegavam ao centro da vida social naquele édito como ato público de intolerância religiosa divulgado em proclamas para a população: «como filhos do mal (os judeus) não fazem isso entre si mas, com seus corações empedernidos, mergulham nosso reinos numa maior condenação (divina) e induzem muitos cristãos a abandonar o único e verdadeiro caminho que é a Santa Fé Católica».

Sobre essa política cultural de D. Manuel para integrar parte da população portuguesa, WILKE (2009), que a chamou de religiocida ou etnocida: «A política real de integração forçada dos judeus encontrou o seu principal obstáculo no ódio popular aos neófitos, testemunhado pelo grande número de processos por ofensas e insultos».

Um ano depois, em 1497, com o batismo forçado, o ódio aos judeus seria mais alimentado na população portuguesa cristã. Uma testemunha da época, vítima do batismo forçado, um rabino da Ilha de Creta, e também historiador, chamado Elijah Capsalli, relatou a conversão forçada de milhares de judeus no Palácio de Estaus, em Lisboa, ressaltando o fim trágico de judeus resistentes ao batismo imposto que provocavam as suas mortes ao partirem as imagens dentro das igrejas: «Foram então condenados à fogueira. De alma pura, muitos morreram santificando Deus e professando a perfeição da Mensagem Sagrada» (SOYER, 2013, p. 258).

Além disso, o relato do cronista judeu Ibn Verga, que embora não estive na cidade, mas contou com o depoimento de várias pessoas que testemunham o que havia ocorrido na cidade em sua ausência e, principalmente, com o relato de um «ancião» em seu Schevet Jehuda, livro que narra as perseguições sofridas pelos judeus no mundo cristão, principalmente na Espanha, conta que os judeus se reuniram na igreja, naqueles dias de abril, inconformados com a fome e a seca que assolavam a cidade e perguntavam a Deus o motivo de tanto infortúnio. Entre outras formas de responder aos questionamentos, «os membros da Ordem dos Predicadores se empenharam em inventar algo para ajudar os

cristãos, e um deles se levantou na casa de orações e pregou contra o povo de Israel com palavras amargas e muito duras» (IBN VERGA, op. cit., p. 191).

Os frades tomaram a liderança do movimento com discursos inflamados empunhando um crucifixo. A população desobediente às ordens do rei, de seus mandatários e autoridades da cidade, se referia a execução dos judeus como missão religiosa. Às ordens do governador que pediu aos frades que levassem imediatamente a cruz para a igreja e parassem de provocar tumultos na cidade os populares responderam: «Todos que são cristãos bons ajudem hoje e sempre a cruz, nós lutaremos contra o governador se ele quiser fazer alguma coisa (contra nós)». Ao esse chamamento dos frades todos responderam «misericórdia, misericórdia queremos ajudar a crença cristã combater e lutar contra os infiéis, também contra todos que quiserem ajudar os infiéis» [fol. 4v].

Ainda no *panfleto 1* vê-se como o rei atribuiu a responsabilidade central aos frades e seu discurso de ódio contra os judeus, depois que a rebelião antijudaica foi debelada. O rei enviou três conselheiros para Lisboa e com eles a seguinte ordem segundo o autor alemão dos panfletos: «quem conhecesse ou hospedasse os frades que tinham circulado com a cruz deveria prendê-los ou indicá-los aos senhores para que fossem presos com grande sofrimento e punição no corpo e nos bens» [fol. 5r]. Essa medida, no entanto, parecia ser mais uma forma de punir exemplarmente a desobediência ao rei do que mais propriamente ao massacre aos judeus, como se pode notar nas correspondências manuelinas enviadas para que as autoridades competentes contivessem a chacina. (YERUSHALMI, 1976, p. 81-85)

3- Problemas sociais e urbanos de Lisboa

O discurso de ódio aos judeus emergiu violentamente num contexto de crise urbana. A Lisboa do início do século XVI era o coração da Europa com problemas urbanos compatíveis com a sua centralidade comercial e cultural no mundo e ambição expansionista. A falta de abastecimento de água, de esgotos e de uma política de urbanização atingiam principalmente as pessoas mais pobres. As ondas migratórias para Lisboa, dada a demanda por trabalhos braçais na atividade marítima de ultramar, contribuíam para a proliferação de doenças onde os trabalhadores, apenas um terço deles nascido na cidade, se aglomeravam nas freguesias populares (RODRIGUES, 2004).

Em vista do que foi exposto, o impacto da população judaica inchada em 20 mil pessoas com a entrada de refugiados espanhóis, no final do século XV, depois da expulsão dos judeus da Espanha, não foi pequeno numa cidade insalubre como Lisboa. A população cristã, sob a influência dos frades, tendia, por isso, a culpar os judeus por seus infortúnios. Além disso, a população via com ressentimento parte dessa população judaica que era próspera dada a prática do comércio, atividade que tinha óbvia visibilidade cotidiana. Portanto, a imunidade dos judeus proibindo a inquirição sobre a prática privada de sua religião talvez fosse difícil aos cristãos aceitarem. Naqueles dias de abril nem o rei nem parte da nobreza estavam na cidade, ocasião ideal para prender os judeus que comemoravam a páscoa judaica, claramente em desobediência ao decreto real. A testemunha alemã opina sem que se saiba se está externando uma opinião comum sobre os judeus no país de onde vinha ou se reproduzia o que os cristãos portugueses diziam: «os judeus malditos obtêm tudo o que eles querem do Rei e de seus senhores poderosos por causa de grandes favores e dádivas que eles sempre presenteiam». De qualquer forma, chama atenção, na existência de uma tensão entre o rei e seus beneficiados e o povo. Quase dez anos depois, um outro estrangeiro, Taccoen van Zilebeke (STOLS et al., 2014, p. 128) observou, em 1514, que existiam «tantos judeus tornados cristãos, que é de admirar; os quais têm grande poder sobre o rei e a cidade». O judeu é alguém que submete o rei e a cidade a seus interesses escusos, embora apenas uma pequena parte fossem abastados e formavam um grupo referidos muitas vezes na historiografia como judeus da corte.

A visão do judeu como beneficiário do rei, pois o submetia a sua vontade e a seu mando, encontrava suas razões em dois fatos que, na verdade, se referem ao agravamento condições de vida na cidade: os forais manuelinos e os arrendadores de impostos. João Mascarenhas, que segundo a testemunha era «o cabeça de todos os judeus, era cheio de patifaria, de fraude, de falsidade, de maldade» encarnava e representava as características morais de todos os judeus usurpadores da riqueza do povo. O autor alemão descreve o ódio incontido dos populares que buscavam Mascarenhas em toda a cidade até encontrá-lo na Judiaria Pequena em um estábulo. O alemão conta com detalhes como ele foi linchado pela população e como todos queriam ter a sua parte de autoria naquela morte pois «quem não deu apunhada e golpe achou que não poderia ser bem-aventurado».

O novo foral manuelino de 1500 atendeu à necessidade de renovação dos forais afonsinos que passou a ter natureza fiscal e base legal para arrecadação de recursos para o Estado. A fim de obter recursos para as suas ambições expansionistas, D. Manuel

tributou as colheitas e produtos manufaturados. O impacto principalmente sobre o consumo de alimentos provocou «tão terrível carestia não só para a classe humilde, como também a abastada, ressentia-se muito do aumento dos preços; dificilmente se conseguia comprar o trigo, pão ou vegetais» (KAYSERLING, op. cit. p.183). «ancião»

Esse contexto socioeconómico crítico resultou na resistência ampla da sociedade aos forais e aos arrecadadores de impostos arrendados do rei, cuja função era exercida por judeus, foi sentido cotidianamente como uma imposição real que empobrecia e adoecia a população. É nesse contexto complexo (MATEUS E PINTO, 2012) em que seus diversos aspetos concorrem para o massacre que o discurso de ódio ganha força e encontra uma justificativa para o seu extravasamento: o judeu, o inimigo de sempre, sobre quem pesava agora, como cristão-novo, a perfídia de trair a fé católica.

4 - Discurso de ódio antijudaico e fronteiras identitárias

As punições do rei aos participantes do massacre, que trata o *panfleto 2*, chamam atenção para um aspeto social importante, que Yerushalmi considera que havia uma tensão não considerada pelos cronistas e comentadores. O sentimento antijudaico da população dependia do posicionamento das forças social do ordenamento hierárquico, entre, de um lado o rei e a aristocracia, geralmente simpática aos judeus; e de outro, as massas e o baixo clero, predisposto a hostiliza-los. Essa relação não era simétrica, de modo algum equilibrada. «Os reis representam uma constante, mas as massas são inconstantes. Embora prontos para proteger os judeus, os reis, são às vezes, impedidos de fazê-lo por causa de interesses próprios» (YERUSHALMI, 1976, p. 49). Pode-se pensar que tal tessitura política engendra um domínio de embate onde uma tensão entre o antigo e o moderno disputam um sentido de verdade para a formação identitária por meio da religião.

O investimento dos predicadores numa pedagogia de ódio religioso aplicada nas igrejas, começou a mostrar seus resultados quando as condições de subsistência da população começaram a se esgotar em Lisboa naqueles primeiros anos dos 1500. Especialmente os dominicanos, atores centrais do Massacre de Lisboa, eram próximos do povo e, com sua didática sermonaria, delinearam fronteiras identitárias através da construção desumanizada e demonizada do judeu estereotipado, de quem de quem o cristão precisava se diferenciar. Era preciso que o cristão negasse, segregasse e discriminasse o judeu, negando assim sua existência étnica, seus costumes, suas práticas

e modos de existir. Ainda que essas estratégias de afirmar a identidade cristã por meio da religião católica, não fossem conscientes, um discurso de ódio sedimentou-a. O Massacre de Lisboa teria sido uma experiência bem-sucedida para a sua consolidação ao longo dos quase trezentos anos após esse evento, cuja violência foi formalizada e institucionalizada pelo Tribunal do Santo Ofício instalado em 1936 em Portugal (MARCOCCI e PAIVA, 2016).

Tradução da obra panfletária da testemunha alemã

A tradução a seguir corresponde a edição C (*panfleto 1*) e edição D (*panfleto 2*) de Yerushalmi em suas publicações sobre o Massacre de Lisboa anteriormente referidas.

Panfleto 1

Da briga cristã acontecida ano 1506 em Lisboa, capital de Portugal, entre cristãos e cristãos-novos ou judeus por causa do Deus crucificado (Edição C)

[Fol. 1r] Quando contou o ano 1506 depois do nascimento de Cristo, no dia 17 de abril, no oitavo dia depois da Sexta-feira Santa, foram capturados muitos cristãos-novos numa casa; eles tinham feito pão para a Páscoa, matado alguns cordeiros e também galinhas e preparado de maneira judaica, e comiam às duas horas da noite o seu cordeiro pascal e celebravam assim com cerimônias à maneira judaica; um deles saiu em segredo e os denunciou e trouxe consigo um juiz da cidade com muitos guardas que entraram dentro da casa e prenderam os comensais em flagrante delito, prenderam dezassete mulheres e homens e conduziram as dezassete pessoas para a prisão, os outros fugiram por cima, sobre os telhados e também por onde eles podiam fugir. Logo a seguir, escreveram ao rei, que não estava em Lisboa, mas numa vila a vinte e quatro milhas de Lisboa chamada Brantes, sobre como tratar os presos, não sei o que o Rei respondeu; depois de dois dias da detenção, alguns foram libertados, mas disseram que eles foram inocentados porque talvez tivessem dinheiro ou amigos bons que os ajudaram; fez-se secretamente um grande resmungo na população, disseram que seria justo que os presos e os outros que fizeram ou decidiram por aqueles atos fossem todos queimados¹¹.

¹¹ Segundo Kayserling (Op. cit. p. 185) o primeiro parágrafo teria sido omitido por Heine. Existem a edição que corresponde à edição B de Yerushalmi e à 1ª edição de Estermann disponível em <

Item, em Lisboa, há uma igreja São Domingos ocupada por frades da mesma ordem. Nessa mesma igreja, do lado direito, tem um altar grande e no retábulo do altar um crucifixo e uma grade antes dele, no coração do crucifixo foi colocado um espelho; na Igreja e na cidade toda havia um rumor geral de que viram no espelho Nossa Senhora ajoelhada e chorando em frente de Nosso Senhor; além disso, tinha em cima, nesse mesmo altar, muitas estrelas douradas que também haviam luzido, ficavam maiores e menores e, às vezes, uma luz, ou outro clarão, brilhava e apagava; também diziam que no mesmo espelho, em diferentes ocasiões, acendiam duas pequenas luzes e uma luz grande e espessa; isso durou da sexta-feira santa até a quarta-feira depois do domingo Quasímodo; era quarta-feira [fol. 1v] antes do dia de São Jorge; como todo dia, uma grande multidão ia em romaria para lá com uma procissão especial para ver o sinal milagroso. [Também estive ali, mas não vi luminosidade, nem luzinha, mas ouvi de cerca de duzentas pessoas, entre elas muitas de bons amigos, nas quais se podem acreditar, que viram várias vezes, as luzes e as estrelas luzirem e brilharem; perguntei-lhes se isso não era um logro fabricado pelos frades ou outros, pois é bem possível executá-lo, mas todos disseram e acharam que era legítimo e um sinal de Deus.]¹²

Item no domingo Quasímodo, pelas três horas da tarde, antes das Vésperas, no dia 19 de abril, havia muita gente, homens e mulheres, na igreja mencionada para os sinais milagrosos; alguns cristãos-novos também estavam na igreja e viram e ouviram o que os homens e mulheres falavam sobre esses sinais milagrosos; um dos cristãos-novos disse aos homens e mulheres em público, «como um pedaço de madeira seca pode fazer milagre, pegue água e jogue nela que logo se apaga»; então, as mulheres ficaram coléricas contra ele, o atacaram e o levaram diante da porta da igreja, e diante da porta as mulheres começaram a brigar e a bater nele», «você não deve falar contra um sinal milagroso assim grande e contra o crucifixo; as mulheres quase o mataram a pancadas; então vieram alguns homens e garotos que ajudaram as mulheres a matá-lo completamente e o levaram a uma praça grande em frente da igreja; então, juntou-se um outro cristão-novo ou judeu que viu que o mataram e disse. «Por que vocês mataram esse homem», o povo disse, «você com certeza também é um dos malvados», e os garotos e homens começaram a brigar e bater

<https://play.google.com/store/books/details?id=At0Ctc2bwRkC&rdid=book-At0Ctc2bwRkC&rdot=1> e a Edição C publicada por Yerushalmi (1976). Nenhuma delas omite o parágrafo anterior.

¹² Segundo Yerushalmi a edição A e a edição B omitem a passagem entre colchetes. A edição disponível na internet, referida na nota de rodapé 21, que equivale a edição B de Yerushalmi, não há, de fato a passagem. Já Estelmann (op. cit.) atribui à 2ª edição do panfleto a retirada da referida passagem.

nele até o matarem, também; e depois queriam queimar ambos na praça. Quando um dos juízes da cidade chegou com muitos guardas com a intenção de prender os autores do ato, o povo todo ficou contra, disse que agia com justiça, como o rei não queria castigar os judeus ou cristãos-novos, Deus teve que castigá-los e eles disseram o que os judeus tinham dito; o juiz não se importava com isso, mas sim em prender as pessoas, os populares disseram que ele deveria deixá-los fazer o que queriam [fol. 2r] ou o atacariam se percebessem que ele queria ajudar também os judeus, mas o juiz não queria dar conta disso, mas os prender, então, a multidão toda gritava, «matem-nos se eles quiserem ajudar os judeus»; todos correram em direção ao juiz e aos guardas de modo que o juiz teve que fugir à força para dentro de sua casa; como a população o queria morto, para escapar, ele fugiu pelo teto; então, a multidão teve vontade e quis que a casa fosse queimada; nessa altura, a gritaria atingia a cidade toda e todo mundo vestiu armadura e pegou em armas numa gritaria geral. «Hoje nós queremos ter a ajuda de Deus para socorrer e proteger a crença cristã e matar e queimar os cachorros ou judeus»; e se distribuíram mais ou menos sessenta para um lugar e cem para outros lugares; portanto, mais ou menos dez mil homens, mulheres e crianças deram voltas durante o domingo todo e a noite toda; matavam todos os cristãos-novos ou judeus, mulheres e homens, jovens e velhos que encontravam na rua, em casa ou onde fosse possível; prenderam alguns e os levaram na Praça São Domingos e, então, acenderam um fogo lá, onde foram lançados os vivos e os que foram mortos em casa e na rua; os garotos jovens prenderam e amarraram corda no pescoço, braços e pés e os arrastaram com as cordas até a Praça São Domingos, para dentro do fogo. Alguns dizem que de domingo, das três horas da tarde até a segunda-feira ao meio-dia, foram mortas mais do que seiscentas pessoas, e na Praça São Domingos havia dois grandes amontoados de mortos, mais de quatrocentas pessoas deitadas queimando, e mais além, da cidade estavam muitos outros fogos onde corpos mortos e vivos também foram queimados.

Item na segunda-feira, eu vi coisas em Lisboa; eu realmente vi coisas de grande crueldade que são incríveis dizer ou escrever para quem não as viu pessoalmente; eu vi três frades de um lado para o outro da cidade, dois da ordem São Domingos e um de outra ordem; cada um corria com um crucifixo e gritavam «misericórdia, misericórdia, quem quer ajudar a crença cristã junte-se a nós que queremos lutar [fol. 2v] contra os judeus e matar todos»; e cada um corria para um lugar da cidade com uma grande multidão que seguia uma cruz, e o que eles encontraram de judeus; homem ou mulher, jovem ou velho, rico ou pobre, todos, tinham que morrer; eles corriam para dentro de todas as casas onde

moravam judeus; onde eles achavam que estivessem escondidos, arrombavam com força as janelas, as portas e os telhados; procuravam em todos os lugares e onde eles achavam desta maneira um judeu e uma judia, eles os prendiam e os levavam ao fogo, vivos ou mortos; além disso, algumas mulheres cristãs que deram voltas (na cidade) ajudavam a prender, a matar e a queimar os judeus, elas também investigavam e procuravam onde eles poderiam estar escondidos porque que cada uma queria os judeus mortos.

Item no Domingo mencionado, os populares correram para a frente da casa de um judeu chamado João Rodrigues Mascarenhas, numa travessa grande onde a maioria dos comerciantes morava; ele era o cabeça de todos os judeus, era cheio de patifaria, de fraude, de falsidade, de maldade, de modo que não é possível descrever o que ele pensava todos os dias fazer de tanta maldade e patifaria, e as fazia, e ainda mais do que pode ser dito ou escrito era dito por toda a parte, e isso não era demais para ele; quando os populares chegaram em frente da casa, o dito João tinha acabado de saber que estavam matando judeus; havia fechado a casa, fortificado todas as portas e em todos os lugares fez o melhor na espera da entrada deles; ele estava em cima, na janela, e disse aos populares, «vocês, patifes, traidores, cachorros, quem vocês estão procurando ou que vocês querem. acham que vão pegar a mim e outros cristãos-novos e matar, eu vou fazer com que enforcem dez mil de vocês», e fez figa para os cristãos, zombou deles e os amaldiçoou; e enquanto ele falava assim, a multidão começou a assaltar sua casa; vendo isso, ele fugiu pelo telhado antes que o povo pudesse arrombar as portas, o que provocou ira por toda parte. Entretanto, ele havia fugido e ninguém sabia para onde até a segunda-feira seguinte, às duas horas da tarde, quando apareceu num lugar chamado «Juditaria Pequena», em um estábulo [fol. 3r] onde as pessoas pensavam que ele tinha cavalos; atrás de uma igreja, chamada Santa Juliana, não longe da porta da cidade, ele pensou em escapar em cima de um cavalo; no caminho, quatro homens foram até ele e disseram «você não sabe que todo mundo tenta prendê-lo e matá-lo»; ele respondeu, «fiquem, calados, meus amigos, e ajudem-me a escapar, eu vou dar a vocês mil ducados ou o que vocês quiserem, só me ajudem a escapar vivo e acompanhem-me até Santa Maria do Paraíso», esta era uma igreja bem na frente da cidade onde estava o governador do rei, que era o primeiro depois dele a governar a cidade; ele trazia consigo quatrocentos homens e se Mascarenhas tivesse chegado lá, teria sido salvo, mas Deus não queria que isso acontecesse, então, ele foi conduzido pelos quatro homens não para longe, perto da igreja Santa Juliana, onde uma moça pequena gritou e chamou quatro vezes, «lá vem o Mascarenhas»; ele havia se disfarçado para que não fosse reconhecido; aí, veio uma

mulher e arrancou-lhe a manta, ou pano que as pessoas costumam usar aqui, e gritou muitas vezes e muito alto, «esse é o Mascarenhas » e fez uma gritaria que todos correram para lá; um dos quatro (homens) pegou um pequeno elmo de lata e afundou no seu rosto para que ninguém pudesse reconhecê-lo e assim ficou totalmente disfarçado; mas tudo isso não o ajudou, os populares chegavam e queriam apenas matá-lo; os quatro homens disseram, «você vão torturá-lo, se vocês o esfaquearem agora será um murmúrio grande na cidade, nós queremos conduzi-lo para o governador»; quando entre o povo um queria capturá-lo e o outro morto, um outro colocou-se a frente dizendo, «por Deus, eu não acredito que esse judeu morra se ele continuar sendo conduzido, porque se ele continuar a ser conduzido, vai escapar com vida, isso Deus não quer»; o homem bateu nele e fez um corte grande no seu rosto, e depois um, depois outro; os quatro homens queriam protegê-lo, mas não havia nenhuma proteção, todos chegaram, homens e mulheres, jovem e velho, para vê-lo e matá-lo. Isso aconteceu numa viela chamada «Differia», atrás de uma igreja chamada Santa Maria da Conceição, onde ele foi morto. E assim morto o arrastaram pela Rua Nova [fol. 3v]; todo mundo chegava para vê-lo e para matá-lo como se fosse a coisa mais maravilhosa; e todo mundo deu apunhalada e golpe no corpo dele; quem não deu apunhalada e golpe pessoalmente achou que não poderia ser bem-aventurado e todos gritavam, «aqui está o Mascarenhas»; e arrastaram-no em frente de sua casa e muitos seguiram com grande alegria; um pegou uma parte da porta da casa e outro uma parte da poltrona, das cadeiras, do banco ou da cama, ou o que podiam apanhar ou encontrar, para com isso queimá-lo e o arrastaram até a praça São Domingos; no caminho a multidão aumentou, bateram nele e apunhalaram o corpo dele, os que viram ou ouviram isso se exultavam e se jubilavam todos.

Item e antes de o prender alguns de nós, alemães, estavam em frente da igreja São Domingos e viram muitos cadáveres amontoados um por cima de outro, apenas chamuscados por falta de madeira; nós, alemães, nos dissemos uns aos outros, que cada um deveria dar cem *pfenning* destinado à madeira para queimar os judeus, o que aconteceu em seguida. E assim que a madeira foi trazida para a praça, o João Rodrigues Mascarenhas foi trazido e lançado na madeira ou ao fogo que nós, alemães, tínhamos comprado; ele teria que ser queimado com nossa madeira, sobre isto, estávamos contentes de coração, porque nós, alemães, desejamos muitas vezes o fogo e a morte para ele; até isso se realizou, Deus seja louvado.

Item na terça-feira o governador e «resator» da cidade, sobre quem vocês já ouviram, chegou com muita gente e mandou proclamar que todos que fossem leais ao Rei

e quisessem ajudá-lo deveriam ir com ele; assim ele reuniu cerca de quatro mil homens diante da cidade e começou a dizer, «nós queremos entrar na cidade e prender todos que participam do jogo com os judeus e puni-los de acordo com o seu merecimento», e falou ameaçadoramente à multidão, como se quisesse mandar matar a todos; e a multidão respondeu. «Senhor, nós queremos ser fiéis ao Rei e ajudá-lo com tudo que ele precisar e com o que for justo; quando matamos os infiéis [fol. 4r] e os judeus que contra Nosso Senhor Jesus Cristo e contra a cruz circulam em nossa cidade, não queremos fazer nada contra vocês ou contra ele; mas queremos ser fiéis ao Rei e morrer por causa da cruz, combater e lutar contra os infiéis e os matar, pois é uma ordem de Deus que quer punir os infiéis, por isso, senhor, queremos fazer pelo Rei tudo que nos mandar e ajudá-lo, mas se for contra a cruz, não queremos lutar de modo nenhum e nem prender ninguém; mas quem resiste à cruz tem que fazer isso contra nós e nós queremos ajudar a cruz enquanto vivermos; mas se não quiser estar e fazer alguma coisa contra a cruz, queremos ajudá-lo em tudo que nos disser ou mandar, por isso, pense bem no que quer ou mandar». Quando o governador ouviu a multidão, encolerizou-se e dirigiu-se para ela com palavras mais fortes e disse, «eu vejo bem que vocês não querem ajudar o rei, mas só matar, roubar e furtar, eu digo a vocês, que fazem isso, que devem ser punidos severamente no corpo e em seus bens», a multidão disse, «não queremos nem furtar nem roubar, mas ajudar a cruz e ajudar a matar os judeus e onde vocês ou outros agem contra a cruz; vamos prender e matar, todos que agem contra a cruz e aqueles que são contra nós e vamos nos defender o melhor possível». Quando o governador ouviu e viu que de nada ajudou, e talvez estivesse preocupado que eles o atacassem e o matassem, ele disse à multidão, «eu peço a vocês que parem e moderem a raiva, e se vocês não querem parar então andem e matem os judeus, mas não furem e roubem porque o ouro e os bens pertencem ao Rei», e ele deu palavras boas a multidão porque viu que outra coisa não ajudaria. Também enquanto o governador falava com a multidão, enviou um emissário aos outros na cidade, aos frades, e pediu que eles levassem imediatamente a cruz para dentro da igreja e não dessem voltas na cidade ou reunissem o povo com a cruz e fizessem tumulto na cidade contra o Rei e os judeus; ele pensou que os frades fariam isso na hora e pregariam à multidão que parassem, que já era suficiente e que deveria ser feita a paz; se os frades não fizessem isso, e não influenciassem para que isso acontecesse, ele tinha reunido muitas pessoas e esperava em breve muitos reforços do Rei [fol. 4v]; ele queria entrar na cidade prender todos e enforcá-los; e quando os frades ouviram, disseram nesse momento à multidão. «Todos que são cristãos bons ajudem hoje e sempre a cruz, nós queremos lutar contra o

governador se ele quisesse fazer alguma coisa (contra nós)»; e todos se reuniram na cruz, gritaram e caíram de joelhos, todos falavam muito alto e gritavam, «misericórdia, hoje nós queremos ajudar a crença cristã combater e lutar contra os infiéis, também contra todos que querem ajudar os infiéis»; e de novo saíram para procurar e matar e queimar os judeus como antes; eles fizeram pouco caso do governador, mas ficaram firmes com a opinião deles e continuavam a sua jornada; depois que o governador recebeu muitas vezes a notícia de que os frades não queriam lhe dar importância, ele disse à multidão, que ele estava consigo em frente da cidade, «vão, crianças amadas, como vocês não querem seguir meu conselho, façam o mínimo estrago que vocês puderem»; então, a multidão se foi; ele andou à cavalo em segredo na cidade até o mosteiro de São Domingos e pediu aos frades que desistissem; não sei que resposta eles deram; ele saiu do mosteiro, mas eu não pude ver ou reparar se ele teve sucesso porque os frades e a multidão continuaram as suas jornadas como antes; isso continuou realmente até João Rodrigues Mascarenhas ser queimado, e, então, eles desistiram e os frades com a sua cruz foram para o Mosteiro; todavia eles mataram e queimaram pessoas no mesmo dia; alguns se reuniram na frente da cidade e foram para aldeias onde estavam muitos judeus e mataram boa parte deles na mesma noite; eles também prenderam muitos que fugiram da cidade na mesma noite; alguns da multidão ficaram na frente da cidade, os camponeses juntaram-se a eles e andaram juntos para continuar a encontrar e matar judeus, também em parte para roubar. Quando o governador chegou a saber que eles roubavam, percorreu as aldeias com algumas pessoas, para cá e para lá, e onde ele achou os que matavam ou roubavam o povo, os enforcou nas árvores, cá e lá, por um motivo menor, tão logo se apoderou deles; ele mandou apregoar os nomes dos que ele tinha enforcado; fez isso para meter medo aos camponeses e horrorizá-los, que deveriam temê-lo [5r] e não deveriam continuar a causar danos roubando, matando, furtando; ele não enforcou mais do que oito pessoas em lugares diferentes, uma cá e outra lá, e em outros lugares mais duas ou três; assim ele causou em Lisboa fama e gritaria. O governador «corifator» percorreu todo o país para prender, matar e enforcar todos que meteram mão a furtar e a roubar e também a matar; assim, como foi dito antes, ele meteu medo no campo e também na cidade; ele e outro juiz prenderam cerca de cinquenta, alguns dizem mais de cem homens culpados de tais atos; ninguém sabe o que o rei vai fazer com eles ou como eles vão ser processados, pois em Lisboa e arredores de Lisboa a população e os camponeses ainda estão em grande desordem; o que mais acontecerá, vocês saberão em tempo oportuno.

Item dizem também que perto de Lisboa e em Lisboa pereceram 1930 judeus jovens e velhos mulheres e crianças.¹³ [mas, eu não acho que morreram mais do que mil a mil e duzentas; eu acho também que nenhuma outra pessoa possa saber exatamente, porque muitas pessoas fugiram da morte e algumas fugiram e se esconderam, por isso me parece que não podemos saber quantos deles faltam. Assim vocês têm também o que eu sei dos acontecimentos em Lisboa do dia 17 de abril até o dia 29 desse mês, com isso, Deus nos ajude a nós todos.

Item até hoje, nada mais de especial aconteceu, só o Rei mandou três dos seus poderosos conselheiros para Lisboa para informar de quem era a responsabilidade pelo ajuntamento e mandou proclamar que quem conhecesse ou hospedasse os frades que tinham circulado com a cruz deveria prendê-los ou indicá-los aos senhores para que fossem presos com grande sofrimento e punição no corpo e nos bens, mas até agora nenhum dos frades foi preso, dizem também que eles já devem estar fora do país. O que mais acontecerá, vocês saberão a tempo].

Panfleto 2

Da história e do ato não cristão que o Rei de Portugal realizou contra o sangue inocente dos cristãos depois do acontecimento recente dos patifes cristãos-novos ou judeus em Lisboa.

Depois dos acontecimentos que você já chegou a saber, quando terminou o que aconteceu com os cristãos-novos ou judeus, começou de novo com os cristãos devotos do dia de Walpurgis até o dia 16 de maio; mais de 200 pessoas foram presas, entre elas os três monges que tinham circulado com a cruz na cidade; entre elas, nos três primeiros dias do mês, oito camponeses, que tinham ajudado, foram presos e, logo em seguida, sem confissão e sacramento, enforcadas na árvore mais próxima; e no quarto dia de maio, foi erguido um patíbulo na cidade de Lisboa e, no dia seguinte, foram lá enforcados catorze homens e mulheres; os dois primeiros eram franceses, e quando o outro francês foi pendurado e estando pendurado durante metade de uma Ave Maria quebrou a corda e caiu; então, começou uma gritaria grande entre o povo; eles diziam que tinha acontecido

¹³ A edição A e a edição B, segundo Yerushalmi terminam aqui. A passagem seguinte entre Colchetes não está em Heine e teria sido acrescentada posteriormente, por isso Yerushalmi (Op. cit., 1976) nomeou-a edição C. Talvez essa supressão seja a referida por Estelmann.

um sinal milagroso de Deus, mas o pobre foi imediatamente agarrado e teve que ficar em pé ao lado do patíbulo e ver os seus cúmplices serem enforcados, depois disso, ele foi pendurado de novo numa corda dupla; em seguida, foram pendurados dois «boschim», súditos do Rei da Espanha; quando eles puseram a corda no pescoço, um deles gritou muito alto com voz forte, «eu devo morrer, agora, peço a vocês todos como minhas testemunhas de minhas últimas palavras, que eu morro inocente e peço ao juiz e todos que são culpados de minha morte que apareçam no juízo final em frente de Deus, em trinta dias e se justifiquem; agora vão me matar e vou inocente morrer». Depois foram [fol. 1v] enforcados todos os outros até a soma mencionada; em seguida, no sexto dia do mês, oito homens foram pendurados, dois esquartejados e dois queimados. Alguns tiveram as mãos cortadas antes de serem mortos; depois, no dia 7 do mês, foram pendurados seis homens e uma mulher. Essas quarenta e duas pessoas mencionadas morreram fortes em devoção grande; disseram que eles sofreram essa morte por causa dos judeus, porque eles tinham ajudado a fé cristã, e entre as quarenta e duas pessoas não são mais do que oito pessoas do país Lisboa, os outros trinta e quatro de nações estrangeiras; e antes que as pessoas mencionadas fossem julgadas foram nomeados na cidade de Lisboa 10 capitães e a cada um foram dados 50 homens e quase todos eram judeus; eles deveriam circular com armaduras dia e noite e também estarem presentes no tribunal para prevenir tumulto. Depois disso, no dia 8 do mês, doze pessoas foram conduzidas a frente do tribunal e condenadas à morte; quando quiseram fazer a execução, chegou uma ordem do Rei para não executar ninguém até um outro ofício. Isso foi feito, então, os pobres foram conduzidos para a prisão; lá, eles se encontram com os três monges e os outros prisioneiros; o que vai acontecer, vocês saberão mais tarde. Vocês sabem também que os judeus malditos obtêm tudo o que eles querem do Rei e de seus senhores poderosos por causa de grandes favores e dádivas que eles sempre presenteiam; a seguir na noite do Espírito Santo, o Rei deixou expulsar do mosteiro os monges do Mosteiro de São Domingos em Lisboa; e ele ordenou sob pena de morte e confisco dos bens que ninguém desse de comer e de beber a quem tivesse mais de nove anos; e ele deixou fechar a igreja e o mosteiro e quer colocar lá outros frades de outra ordem, por isso, os bons frades, mais do que quarenta e dois, saíram do país desamparados como órfãos; eles divulgam secretamente que eles esperam se vingar do Rei, como consequência [fol. 2r] o Rei deixou queimar vivo dois dos frades, o terceiro ficou ainda na prisão como os outros cristãos.

Depois de tudo isso, o Rei decretou uma decisão do teor, primeiro ele demitiu e

tirou os cargos e salários de seus mais altos senhores juízes, autoridades e aqueles que tinham o poder do Rei e que naquele tempo estavam em Lisboa, ou a duas milhas perto de Lisboa, porque eles não tinham agido e ajudado a proteger e amparar os judeus; os cidadãos em Lisboa tinham de todos os reis que reinavam do início até agora liberdade de forma que quatro homens de quatro corporações deveriam ser eleitos para governar a cidade; o Rei não tinha nada a ver com isso e quando eleito e instalado ele deveria prestar juramento de que deveria deixa-los com sua liberdade; esse também teria que fazer esse juramento; esse é o costume e a tradição em todo o Portugal que quando o Rei se descola para uma cidade, município ou aldeia, essa cidade, município ou aldeia, deve, e é obrigada, a hospedar gratuitamente pelo tempo que ele quiser ficar no mesmo lugar; a cidade de Lisboa tinha a liberdade de ninguém alojar o Rei; e o Rei e seu séquito quisesse alojamento, deveriam encomendar e também pagar; então, o Rei tirou essa liberdade de modo que, nem eles (Lisboetas) e nem os seus descendentes poderiam mais governar a cidade para sempre, e que a comunidade não tem a ver com a cidade de Lisboa e será forçada a alojar o Rei e os seus como as outras cidades são obrigadas; além disso, todos os que aconselhavam os atos contra os judeus ou ajudaram a matá-los devem perder todos os haveres; e aqueles que estavam até duas milhas ao redor de Lisboa, ou estavam em Lisboa, e não tinham ajudado a proteger e socorrer os judeus, mesmo que não tinham agredido os judeus, todos, e cada um, devem perder uma quinta parte [fol. 2v] dos haveres; tudo isso deve reverter para o Rei; não sabemos se nós, os alemães, estão ou vão estar, nesse número porque esse decreto é forte e severo para muitos; e se o Rei quiser executar esse decreto é de recear que o povo fugirá da cidade e do campo e que nada de bom poderá surgir disso; depois dessa decisão pronunciada, há esperança de que os cristãos ainda presos e, também, o frade sejam soltos e, conforme a sentença, punidos; onde mais acontecerá será comunicado em seu tempo.

BIBLIOGRAFIA

- Édito de Expulsão dos Judeus. Ordenações Manuelinas, Livro II, título XLI.
- ESTERMANN, Monika (org), *Archiv für Geschichte des Buchwesens*, Volume 53, de Gruyter, Frankfurt am Main, 2000, 264 pp.
- HEINE, Gotthold, «Beiträge zur Geschichte im Zeitalter der Reformation: aus spanischen und portugiesischen Archiven mitgeteilt: II Einführung der Inquisition in Portugal», in: *W. A. Schmidt's Allgemeine Zeitschrift für Geschichte*, IX, Berlin, 1848. 570 pp.
- IBN VERGA, Salomão, Liber Schevet Jehuda. Traduzido por Meir Wiener. Hannover: K. Rimpler, 1856, 319 pp.
- KAYSERLING, Meyer, *História dos Judeus em Portugal*, tradução e notas de Anita Novinsky, São Paulo, Perspectiva, 2009, 446 pp.
- MATEUS, Susana Bastos; PINTO, Paulo Mendes. *O Massacre dos Judeus de Lisboa 19 de Abril de 1506*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2013, 164 pp.
- MORENO, Humberto Baquero. *Exilados, marginais e contestatários na sociedade portuguesa medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, 235 pp.
- PANZER, Georg Wolfgang, *Annalen der älteren deutscher Litteratur oden, Anzeige und Beschreibung derjenigen Bücher, welche von Erfindung der Buchdruckerkunst bis MDXX, in deutscher Sprache gedruckt worden sind*, Volume 3, parágrafo 568, Nürnberg, 1788, 476 pp.
- RODRIGUES, Teresa, “Portugal dos séculos XVI e XVII; vicissitudes da dinâmica demográfica” in *População e perspectiva*. CEPESE – Centro de Estudos da População. Economia e Sociedade, Lisboa, 2004, 116 pp.
- SOYER, François, *A perseguição aos judeus e muçulmanos de Portugal: D. Manuel e o fim da tolerância religiosa*, tradução Jaime Araújo, Lisboa, Edições 70, 2013, 371 pp
- STOLS, Eddy; FONSECA, Jorge; MANHEGH, Stijnin. *Lisboa em 1514: o relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Lisboa, Húmus, 2014, 136 pp.
- WILKE, Carsten L., *História dos judeus portugueses*, Lisboa, Edições 70, 2009, 247 pp.
- YERUSHALMI, Yosef Hayim. *The Lisbon Massacre of 1506 and the Royal Image in the Shebet Yehudah*, Cincinnati, Hebrew Union College, 1976, 91 pp.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Sefardica: Essais sur l'Histoire des Juifs, des Marranes et des Nouveaux-Chrétiens d'Origin Hispono-Portugaise*, Paris, Chandeigne, 1998, 368 pp.